

---

# Qual o Papel das Bibliotecas Públicas nos Nossos Dias?

ANA MARIA AZINHEIRA RUNKEL

Biblioteca Municipal de Oeiras

[the public library is] the one secular institution which encourages self-development as an aim.

UNITED STATES BUREAU OF EDUCATION, 1876<sup>1</sup>

'Self-development in an atmosphere of freedom', as contrasted with the aim of the school which is 'Training in a atmosphere of restraint or discipline' [...] the library continues an educational force of national importance in its contacts with the whole social, political and intelectual life of the community.

L. S. JAST, 1914<sup>2</sup>

[...] as bibliotecas não eruditas [...] são fundamentalmente fomentadoras de cultura e não podem permanecer estáticas. As bibliotecas têm de deixar de ser museus e os bibliotecários têm de deixar de ser conservadores. Um bibliotecário não pode ser um conservador, deve ser um fomentador. Sob muitos pontos de vista, a função do bibliotecário é superior à do professor.

ANTÓNIO CRUZ, 1956<sup>3</sup>



PESAR destas ideias terem sido elaboradas há várias décadas na realidade contêm uma extrema actualidade no que se refere ao papel da Biblioteca Pública na sociedade. Vale a pena tentar questionar qual o caminho que seguimos e qual o que pretendemos traçar.

## Os espaços...

O inquérito realizado por Victor de Sá<sup>4</sup> em 1956, revela um estado de deficiente implantação das Bibliotecas Públicas na estrutura cultural/educacional do país, concluindo que a falta de espaços apropriados para esta função é uma das condicionantes à possibilidade da sua evolução.

Ao longo dos últimos quarenta anos algo aconteceu que permitiu alterar este panorama. Uma instituição privada contribuiu fortemente para que o livro e a leitura tivessem condições para se tornarem num hábito, numa necessidade, desde as regiões litorais às interiores, do continente às regiões autónomas. Falamos da Fundação Calouste Gulbenkian e do serviço iniciado por Branquinho da Fonseca em 1958, que num primeiro momento através de um serviço de itinerância e posteriormente com a criação de postos de leitura fixos permitiram «levar o livro a populações isoladas que com ele de outro modo não teriam contacto»<sup>5</sup>.

Deste primeiro momento em que uma responsabilidade do Estado é assumida pelo sector privado passamos nos anos 80 e através do *lobby* desenvolvido pelo Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas – BAD<sup>6</sup>, a uma consciência da urgente necessidade de se iniciar uma acção global que envolvesse o poder local e central em prol do desenvolvimento da leitura pública.

Desde 1988 até 1994 já foram abertos pelo poder central, quatro concursos para financiamento de 50 por cento dos custos de construção e implantação (equipamento, mobiliário e documentação) de Bibliotecas Públicas. Cerca de 108 bibliotecas do Continente foram contempladas e 41 já abriram ao público (a rede não engloba ainda as regiões autónomas da Madeira e Açores).

De notar também que estes espaços se estruturam numa lógica de oferta de serviços de empréstimo domiciliário, com livre acesso às estantes, serviços específicos para crianças, disponibilização de vários suportes de informação e oferta de actividades de difusão e promoção da leitura.

## A organização...

Porque construir bibliotecas não se pode limitar à construção de edifícios e à dotação até à data da inauguração de equipamento, documentação e pessoal mínimo para o seu funcionamento, é absolutamente necessário

pensar nos custos de manutenção destes serviços. Não nos podemos esquecer que em períodos de penúria económica os sectores da educação e cultura são os primeiros a sentir os cortes orçamentais.

Neste contexto, cooperar surge como palavra de ordem sendo que esta pode, e felizmente já começa a ser uma realidade a vários níveis.

A cooperação a nível do trabalho técnico, eliminando tarefas inúteis e rotineiras — por exemplo o trabalho de tratamento bibliográfico do documento pode/deve ser da responsabilidade de uma entidade oficial com concretas obrigações na área (Agência Bibliográfica Nacional em colaboração com os editores e livreiros) sendo depois disponibilizado para todos os cooperantes.

De igual modo a cooperação na criação de uma rede colectiva de dados que permita uma ampla exploração das fontes bibliográficas com a consequente possibilidade de empréstimo inter-bibliotecas e a planificação conjunta da política de aquisições, torna-se um objectivo fundamental a atingir a curto prazo — será este um dos objectivos da RILP – Rede Informática de Leitura Pública e é já uma possibilidade real através da PORBASE – Rede Nacional de Dados Bibliográficos.

Por outro lado e considerando que a animação do espaço da Biblioteca faz ou deveria fazer parte da programação regular do trabalho a desenvolver, seria vantajoso que existisse uma cooperação a este nível partilhando assim o esforço de organização de programas, rentabilizando recursos ao promover a sua itinerância pelo país ou por regiões — as Associações de Bibliotecas de Leitura Pública podem/devem ser elementos dinamizadores deste tipo de acções.

Mas a cooperação não se pode fechar nos agentes que trabalham no campo do livro e da leitura. Todos os intervenientes no tecido social e cultural poderiam/deveriam ser elementos privilegiados de contacto para a planificação de planos de trabalho.

### **O estado das artes...**

Todo este discurso de programação, planificação e cooperação é fundamental, mas na realidade para quem é que estamos a trabalhar<sup>7</sup>? A quem é que nos dirigimos? Aos não leitores, ou aos que já nos procuram com uma certa regularidade? O que é que oferecemos à sociedade? Será que o que lhes oferecemos corresponde às suas prováveis expectativas/necessidades<sup>8</sup>? Qual é na realidade o papel da Biblioteca na Sociedade?

São diversos os planos de intervenção da Biblioteca, segundo os mais variados autores<sup>9</sup>, a saber:

- facilitar a leitura de lazer;
- espaço de cultura;
- apoio às bibliotecas escolares;
- fonte de informação à comunidade;
- apoio ao desenvolvimento do tecido industrial e comercial;
- centro de auto-formação;
- combate ao iletrismo (funcional, semi-iletrismo, instrumental, informativo);
- apoio à integração na comunidade de grupos deslocados ou marginalizados...

Mas questionemo-nos, será que a Biblioteca pode ser tudo isto? Será que tem capacidade para na sua esfera de acção actuar em todas as vertentes?

Consideremos a hipótese afirmativa. A biblioteca deve actuar nestas variadíssimas áreas. Mas então que tipo de técnicos seleccionar? Recordemo-nos que a formação que actualmente é ministrada tanto aos técnicos adjuntos como aos bibliotecários, continua ainda a pautar-se por uma predominância nas tarefas técnicas, com uma informação generalista. Os especialistas das bibliotecas e da documentação continuam a não estarem preparados para lidar com situações fundamentais no mundo da leitura pública. Basta pensar, por exemplo, no trabalho que deve ser desenvolvido com as crianças no sentido de cativá-las para a leitura, na programação e execução de actividades de animação e difusão da leitura, no apoio à integração de grupos marginalizados, no combate ao iletrismo ou ao promover a auto-formação.

Será que o caminho passa por criar técnicos de Bibliotecas especialistas desta diversidade de objectivos, ou dotar os quadros de pessoal de lugares complementares para técnicos de animação cultural, educadores de infância, assistentes sociais... Do ponto de vista da carreira Bibliotecário Documentalista e tendo em conta a longa luta para prover a sua especificidade, esta solução não será talvez a melhor, contudo torna-se essencial consciencializar a classe política (geralmente pouco esclarecida do nosso papel e do peso que podemos desempenhar na comunidade)<sup>10</sup>, para a multiplicidade das nossas esferas de acção e para a necessidade de pelo menos ser considerada a colaboração destes grupos de especialistas num espírito de trabalho multidisciplinar.

Na realidade, ao nível da sensibilização do papel da biblioteca e dos seus técnicos não é só com a classe política que temos de nos preocupar. Na realidade eles fazem parte da comunidade em geral e esta não tem o hábito de ir à Biblioteca, pontualmente pode-lo-á ter feito enquanto estudou, mas bibliotecas continuam a ser para o imaginário de quase todos... uma sala onde se arrumam livros e onde estão lá umas pessoas entretidas a tomar conta deles!!! Por exemplo animação em bibliotecas e crianças que ludicamente se iniciam na descoberta da leitura são algo de inconcebível para muitos.

Mas é a nós os profissionais de BD que cabe também a responsabilidade de esclarecer e sensibilizar. Na realidade temos pouca consciência do nosso papel e da nossa capacidade de intervir politicamente no tecido cultural e social<sup>11</sup>. É ainda muito longo o nosso caminho no grau de influência, por exemplo, da política municipal. Senão vejamos, nos 305 municípios portugueses quantas bibliotecas surgem nos organogramas das Câmaras como Serviço individualizado ou como Divisão? Será que este facto não é indicador do seu peso e da prioridade que o poder local atribui ainda a este agente cultural?

Mas questionemo-nos, será que os técnicos que trabalham em cada biblioteca têm lutado verdadeiramente para fazerem crescer a sua influência nas esferas de decisão<sup>12</sup>? Qual é a percentagem do orçamento municipal atribuído às Bibliotecas e à Informação? Será que os técnicos têm adoptado um posicionamento de rigor perante a avaliação do desempenho do seu serviço<sup>13</sup>, informando regularmente do grau de exequibilidade das acções, dos níveis de sucesso atingidos, do grau de realização dos objectivos pretendidos<sup>14</sup>? Será que pela nossa intervenção constante seja impossível ao poder político não ignorar/analisar todo o trabalho que temos realizado? Como diz W. Connell no âmbito do papel das relações públicas em bibliotecas «don't be modest».

Uma questão fundamental relativamente ao caminho da Biblioteca Pública é: Que implantação conseguiu a Biblioteca Pública na estrutura da sociedade? Teremos estado a trabalhar para a sociedade/comunidade onde nos encontramos? Ou temos importado sistemas de outros países e aplicado à nossa realidade sem ter a sensibilidade de avaliar localmente quais as consequências dessas medidas?

Na realidade quantos de nós promoveram um inquérito junto da população onde se programou a implantação de uma nova Biblioteca para avaliar das necessidades dos futuros utilizadores?

Parte-se do princípio que a localização da biblioteca foi fruto de um estudo para seleccionar o melhor local na teia de implantação urbanística,

com bons acessos, bem posicionada relativamente às futuras áreas de expansão do local. Contudo a orientação da estrutura dos serviços, a selecção do fundo documental, a dinâmica de difusão da leitura continua a basear-se em directivas genéricas. Pese embora a importância destas orientações como instrumentos de trabalho e metas mínimas a atingir, trata-se agora de «crescer» relativamente ao que é globalmente aconselhado e dotar os serviços de especificidades que dêem resposta às necessidades dos utilizadores potenciais.

Sendo certo que a Biblioteca Pública não é por definição um serviço especializado, ao se localizar, por exemplo, junto a uma área rural ou mineira terá toda a vantagem em disponibilizar informação variada sobre esta matéria. Referimo-nos não só a documentação em vários níveis de conhecimento como, e preferencialmente, dispor de um serviço de informação à comunidade actualizado sobre linhas de crédito, programas de formação nestas áreas, directivas e incentivos governamentais.

Se a população conseguir entender qual o valor da biblioteca para as suas vidas e perceber o interesse dos seus serviços, ou seja, quando a Biblioteca Pública fechar ou for obrigada a reduzir serviços devido a condicionalismos orçamentais e a população sentir a sua falta e se movimentar junto do poder local protestando e exigindo a sua reabertura, então sim, nessa altura a Biblioteca está a trabalhar para a comunidade, até lá continua a ser um exercício narcisista de eruditos ou um depósito de gente e papel.

É fundamental conhecer a comunidade onde nos inserimos, criar serviços que satisfaçam as suas necessidades e expectativas e promover a divulgação desse trabalho<sup>15</sup>.

Não basta dizer que as pessoas não lêem é necessário identificar as causas para assim as podermos combater. Na realidade são variadas as razões que provocam a falta de interesse do exercício de LEITURA; situações como:

- A dificuldade em conseguir entender e decifrar códigos<sup>16</sup>. Esta situação pode ser provocada tanto por deficiência física ou mental, como por simples perda da aprendizagem. Por vezes os adultos e jovens adultos não lêem porque têm dificuldades em descodificar os símbolos. A falta de prática deste exercício conduz ao não controlo desta habilidade e à escusa sistemática em executá-la.
- O papel do ambiente familiar é também fundamental para o desenvolvimento deste hábito. Uma família onde os adultos não

lêem, onde há poucos hábitos de tentar saber o porquê das coisas, e se limitam à observação passiva da informação via televisão, dificilmente pode gerar futuros utilizadores da Biblioteca.

### A escola...

Libraries have reached or are approaching a temporary limit to their usefulness, because the schools have not yet given adequate training in the use and power of books<sup>17</sup>.

Como complemento da família no projecto de educação a escola surge como parceiro privilegiado neste empreendimento. Mas:

- Quando a escola não incentiva o hábito de ler, quando na sua função de ensinar a descobrir não conduz os alunos à vontade de saber mais, quando não lhes incute o espírito da descoberta e não lhes ensina a manejar as ferramentas da investigação<sup>18</sup>;
- Quando não se interessa se a Biblioteca escolar tem um horário compatível com as necessidades dos alunos e dos professores;
- Quando se acredita, ou não se liga, que um professor com duas horas de redução, sem funcionário a tempo inteiro, com professores com redução de horário devido a doença, e globalmente sem formação específica consegue gerir uma Biblioteca;
- Quando não há verba para aquisição de fundos ou para actividades de animação...

então dificilmente a escola cumpre o seu objectivo primeiro que é criar cidadãos preparados para lutarem por uma profissão e socialmente conscientes dos seus direitos e deveres na sociedade. É difícil acreditar que se possam atingir estes objectivos sem dotar os indivíduos do hábito de ler, de aprender, de tentar saber mais.

Só uma sociedade esclarecida pode com consciência decidir o futuro da sua nação<sup>19</sup>. O iletrismo conduz à manipulação política e ao atraso. Estudos realizados pelas Nações Unidas comprovam que o investimento na escolaridade mínima deu a curto prazo frutos, não só no rendimento económico, como na saúde, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Desta forma impõe-se uma colaboração estreita entre bibliotecários e professores para que do esforço conjunto se constituam indivíduos que cresçam habituados a utilizar a leitura como um instrumento de trabalho e que ao abandonar a escola continuem a encontrar na Biblioteca o local privilegiado para exercitarem esta tarefa essencial das suas vidas: manterem-se informados.

Education is not an affair of childhood and youth, it is the business as whole life.

JAMES HOLE, 1853<sup>20</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> UNITED STATES OF AMERICA. Bureau of Education, *Public Libraries in the United States*. 1876, Part I, p. 390.

<sup>2</sup> Willis H. KERR, *Public Libraries*, XIX, 1914, p. 150, p. 45.

<sup>3</sup> Victor SÁ, *As Bibliotecas, o público e a cultura. Um inquérito necessário*. Braga, Ed. do A., 1956, p. 45.

<sup>4</sup> IDEM, *ibidem*

<sup>5</sup> FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, *Serviço de Bibliotecas e apoio à leitura*. Lisboa, 1994.

<sup>6</sup> «A leitura pública em Portugal: Manifesto». *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa, 1, 1983, p. 11-14.

<sup>7</sup> «A biblioteca pública pode pois ter as portas abertas para todos, mas são poucos os que lá vão e menos ainda os que lá podem encontrar satisfação das suas exigências.» Maria Manuela PRATES, *A Biblioteca Pública procurando o público*. Lisboa, 1974, p. 4 [trabalho fotocopiado].

<sup>8</sup> «Dans ces conditions nos bibliothèques n'ont pas toujours répondu aux nécessités du milieu, n'ont pas satisfait les besoins de la société et n'ont pas exercé par conséquent, une influence réelle et décelable sur le développement et l'amélioration des communautés». Josefa E. SABOR, «Pour une nouvelle conception du rôle de Bibliothèques en Amérique latine». *Bull. Unesco Bibl.*, Paris, 20 (3) Maio-Jun. 1966, p. 116-225 [citação retirada na obra referenciada na nota n.º 7].

<sup>9</sup> «Among the changes are the growing, and consistently maintained, levels of unemployment; the greater amount of leisure time available to individual members of the community, whether on a voluntary or involuntary basis; the development which are occurring in the new technologies, resulting in the readier accessibility of information of various kinds and in various formats; the growing need for an interest in adult and continuing education; the growing awareness of the needs of the physically and mentally handicapped and disabled; the growth of awareness of the needs of ethnic minorities and the growth in the numbers of such minorities.» CONVENTION OF SCOTTISH LOCAL AUTHORITIES, *Standards for the public library service in Scotland*. Edimburg: COSLA, 1986, p. 10.

<sup>10</sup> «There is a continuing ignorance of the potential of the public library in the highest places.» W. J. MURISON, *The public library: its origins and significance*. London: The Library Association, 1988, p. 288.

<sup>11</sup> «Chief librarians who are especially concerned with the role of libraries as agents for social change have particularly argued for librarians to become more involved in the political process



as part of their professional library services that facilitate wider access to information.» B. MCKEE, *Public libraries, into the 1990's?* Newcastle-under-Lyme: Association of Assistant Librarians, 1987, p. 10.

<sup>12</sup> «This make it all the more important for chief librarians to be politically astute, adroit at negotiating in the political arena, whilst simultaneously maintaining their professional integrity and impartiality.» I. VINCENT, «Strategic planning and libraries: does the model fit?» *Journal of Library Administration*, 9 (3) 1988, p. 44.

<sup>13</sup> «To justify itself the public library must demonstrate that it is worth the money spent on it, for any penny of its expenditure must be earned by some member community.» W. J. MURISON, *The public library: its origins and significance*. London: The Library Association, 1988, p. 225.

<sup>14</sup> «Strategic planning within public libraries is made more difficult because of the vulnerability of library services to political opportunism and changes in political priorities and their need to compete for resources with other local authority services.» I. VINCENT, «Strategic planning and libraries: does the model fit?» *Journal of Library Administration*, 9 (3) 1988, p. 37.

<sup>15</sup> «Se deseja desenvolver o seu mercado em profundidade e extensão 'el bibliotecário ha de intentar identificar, definir y conocer los grupos de su comunidad, [...], y orientar el servicio a uno o varios que no sean incompatibles', podendo até ter de sacrificar alguns sectores menos prioritários.» Maria Manuela PRATES, *A Biblioteca Pública procurando o público*. Lisboa, 1974, p. 16 (trabalho fotocopiado).

<sup>16</sup> «The effectiveness of books, and consequently of libraries, is dependent on the ability to read.» W. J. MURISON, *The public library: its origins and significance*. London: The Library Association, 1988, p. 142.

<sup>17</sup> IDEM, *ibidem*, p. 164.

<sup>18</sup> «Is the truth perhaps that teachers are required to impress on the child so much factual information, for regurgitation at examinations, that no time is left for education, for showing the child that he alone hold the key to his own future, that it is in the urg to learn that wisdom is found?» IDEM, *ibidem*, p. 165.

<sup>19</sup> «It is the interest of the state to have an informed body of voters; it is equally the responsibility of the state to ensure that the electorate is educated for its duties.» IDEM, *ibidem*, p. 171.

<sup>20</sup> James HOLE, *An essay on literacy, scientific and mechanics institutions*, 1853, p. 44.

## Bibliografia

CONVENTION OF SCOTTISH LOCAL AUTHORITIES

*Standards for the public library service in Scotland*. Edimburg: COSLA, 1986.

EVANS, Margaret Kinnell

*All changes? Public library management strategies for the 1990's*. London: Taylor Graham, (etc.), 1991.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

*Serviço de Bibliotecas e apoio à leitura*. Lisboa, 1994.

GIAPPICONI, Thierry

«La tarification et ses Masques», *Bull. Bibl. France*, Paris, T. 38 (2) 1993.

- HILL, Malcom K.  
 «Budgeting and Financial Record Keeping in the Small Library», in *Small libraries publications* (3) 1993.
- HOLE, James  
*An essay on literacy, scientific and mechanics' institutions*, 1853.
- KERR, Willis H.  
*Public Libraries*, XIX, 1914.
- «A leitura pública em Portugal: Manifesto», *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, 1, 1983.
- MCKEE, B.  
*Public libraries, into the 1990's?* Newcastle-under-Lyme: Association of Assistant Librarians, 1987.
- MURISON, W. J.  
*The public library: its origins and significance*. London: The Library Association, 1988.
- PRATES, Maria Manuela  
*A Biblioteca Pública procurando o público*. Lisboa, 1974 [trabalho fotocopiado].
- SÁ, Victor  
*As Bibliotecas, o público e a cultura. Um inquérito necessário*. Braga: Ed. do A., 1956.
- SABOR, Josefa E.  
 «Pour une nouvelle conception du rôle des bibliothèques en Amérique Latine». *Bull. Unesco Bibl.*, Paris, 20 (3) Maio-Jun. 1966.
- SYDNEY, Edward; ASHBY, Robert F.  
*The library in the community*. London: British Council, 1956.
- THOMAS, Barbbo  
*Guidelines for public libraries promoting literacy*. Paris: UNESCO, 1993.
- TREZZA, Alphonse F. (editor)  
*Public libraries and challenges of the next two decades*. Littleton: Libraries Unlimited, 1985.
- UNESCO  
*UNESCO Public Library Manifesto 1972*.
- UNITED STATES OF AMERICA. Bureau of Education  
*Public Libraries in the United States, 1876, Part I*.
- VINCENT, I.  
 «Strategic planning and libraries: does the model fit?», *Journal of Library Administration*, 9 (3) 1988.
- WEINGAND, Darlene  
*Administration of the small public library*. Chicago; London: American Library Association, 1992.

## WORKING PARTY ON COMMUNITY INFORMATION

*Community information: what libraries can do: a consultive document.* London: Library Association, 1980.

## Uma Leitura Crítica da Crise da Leitura\*

LÍDIA SILVA DE FREITAS

Departamento de Documentação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro

**F**ICAMOS habituados a ouvir e a falar de uma «crise da leitura» sem refletir em que exatamente ela se constituiria. Invariavelmente essa expressão envolve aspectos quantitativos e/ou qualitativos da leitura da palavra escrita<sup>1</sup>. No primeiro caso, confronta-se o tempo dedicado por uma determinada sociedade aos meios impressos de comunicação com aquelas dedicadas aos meios eletrônicos. É comum, ainda, comparar-se o ritmo de expansão do número de leitores efetivos com o crescimento do número de leitores potenciais de uma comunidade. Os aspectos qualitativos da crise se dividem entre a análise do material lido, onde sempre o livro é privilegiado pelos analistas em detrimento de outros materiais de leitura (como revistas, jornais etc.) — e mesmo entre os livros é considerado como padrão a leitura de textos literários e não os informativos, didático-acadêmicos, técnicos, etc. — e a análise da «qualidade da leitura», onde se afirma existir um empobrecimento dos sentidos produzidos pelos leitores na leitura de textos. Ou seja, a crise se caracterizaria por ler-se pouco e/ou material de leitura não qualificado e/ou pouco compreender-se<sup>2</sup> do que se lê.

Note-se que todos os critérios aqui apontados para a caracterização da crise, em si, são passíveis de questionamentos e consumiriam longas argumentações para demonstrar que não se baseiam em preconceitos culturais.

\* Artigo baseado em apresentação ao 2.º Encontro Internacional de Bibliotecários de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 3-8 Abr. 1994, promovido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.